

ECOACÇÕES: PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA NA ESCOLA E NA COMUNIDADE.

Marta de Oliveira Carvalho ¹
Fábio Santos da Silva ²

RESUMO

O projeto EcoAções: Práticas Sustentáveis e Educação Ambiental Crítica na Escola e na Comunidade, desenvolvido na E.E.F.ET.I. Tabela Vicente Alexandrino de Alencar e na E.E.F.ET.I. Manoel Bezerra Fortaleza, em Campos Sales – CE, com alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, tem como tema norteador o eixo “Educação Ambiental, Sustentabilidade e Emergência Climática”. O projeto objetivou promover a educação ambiental crítica por meio da vivência de práticas sustentáveis no cotidiano escolar e comunitário. Entre os objetivos específicos, destacaram-se: o uso racional de água e energia, o reaproveitamento de resíduos sólidos, a produção de materiais didáticos recicláveis, a transformação de espaços escolares com itens reutilizáveis, o plantio de árvores, a implantação de uma horta escolar e a organização da coleta seletiva. A metodologia adotada baseou-se na pesquisa-ação participativa, com foco na escuta ativa e no protagonismo dos estudantes. As ações foram organizadas em etapas de diagnóstico, formação, planejamento coletivo, execução prática e socialização dos resultados. O referencial teórico fundamentou-se em autores como Loureiro (2012), Jacobi (2003) e Sachs (2009), que defendem uma educação ambiental emancipadora, crítica e comprometida com a sustentabilidade. Os resultados apresentam a transformação do espaço escolar em um ambiente mais consciente e sustentável, a formação de sujeitos ecológicos críticos e a mobilização da comunidade em torno da preservação ambiental. Cumprindo os cuidados éticos, o projeto contou com o consentimento das escolas envolvidas e assegurou a participação voluntária e consciente dos estudantes, respeitando sua autonomia e integridade. O trabalho desenvolvido nos apresentou que a escola pode ser um espaço propulsor de mudanças sociais quando alia educação e ação ambiental consciente.

Palavras-chave: Educação ambiental crítica, sustentabilidade, escola, práticas sustentáveis, reciclagem.

INTRODUÇÃO

O contexto contemporâneo é marcado por uma profunda crise ambiental e civilizatória, fruto de um modelo de desenvolvimento baseado no consumo excessivo de recursos naturais, na degradação dos ecossistemas e na desigualdade socioambiental. No interior desse cenário, emerge a necessidade de uma educação ambiental crítica, capaz de formar sujeitos conscientes, solidários e comprometidos com a sustentabilidade e com a justiça social. Essa perspectiva vai além da mera transmissão de informações

¹ Mestra em Educação. Pedagoga pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, marta_cs16@hotmail.com ;

² Mestre em Educação pela Universidade Regional do Cariri – URCA, fabiosanttos.s.2010@gmail.com ;



ecológicas; busca a transformação das práticas cotidianas e a construção de novas racionalidades éticas e políticas (LOUREIRO, 2012; JACOBI, 2003).

A escola, como espaço de formação cidadã e de construção de valores, assume papel central nesse processo. Ela é lugar de diálogo, experimentação e engajamento coletivo, onde a comunidade pode aprender a conviver de forma sustentável e cooperativa. Nesse sentido, o projeto EcoAções: Práticas Sustentáveis e Educação Ambiental Crítica na Escola e na Comunidade, desenvolvido na E.E.F.E.T.I. Tabelião Vicente Alexandrino de Alencar e na E.E.F.E.T.I. Manoel Bezerra Fortaleza, em Campos Sales – CE, surge como uma proposta pedagógica transformadora que busca integrar teoria, prática e ação comunitária.

O projeto foi orientado pelo eixo temático “Educação Ambiental, Sustentabilidade e Emergência Climática”, promovendo um conjunto de atividades voltadas à reflexão e à prática ambiental crítica. Seu propósito foi despertar o protagonismo estudantil e fortalecer a identidade ambiental da escola, transformando-a em um espaço modelo de sustentabilidade. Os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental participaram de ações que abordaram desde o uso racional de água e energia até a reutilização de resíduos e o cultivo de hortas escolares, mobilizando toda a comunidade educativa.

A educação ambiental crítica, como propõe Loureiro (2012), fundamenta-se em uma visão emancipadora que reconhece o meio ambiente como um espaço de relações sociais, culturais e econômicas, e não apenas naturais. Nesse sentido, ela busca problematizar as causas estruturais da crise ecológica e fomentar a participação social nas decisões que afetam a coletividade. O projeto EcoAções foi guiado por essa concepção, valorizando o diálogo, a escuta ativa e a corresponsabilidade entre estudantes, docentes e comunidade.

Autores como Sachs (2009) e Jacobi (2003) reforçam que o desenvolvimento sustentável exige um novo paradigma civilizatório, no qual o conhecimento científico se alia à sabedoria comunitária e à ética da solidariedade. Ao trazer essa reflexão para o ambiente escolar, o projeto buscou concretizar a sustentabilidade como princípio pedagógico, transformando o espaço físico e simbólico da escola em um laboratório vivo de práticas sustentáveis.

Assim, a pesquisa que fundamenta este artigo tem como objetivo geral analisar o desenvolvimento e os impactos do projeto EcoAções, destacando sua contribuição para a promoção da educação ambiental crítica e a mobilização da comunidade escolar em



torno de práticas sustentáveis. Como objetivos específicos, propõe-se: a) compreender como a metodologia participativa contribuiu para o protagonismo estudantil; b) analisar os efeitos das ações práticas sobre a conscientização ambiental da comunidade; c) identificar os desafios enfrentados na implementação das práticas sustentáveis e suas implicações pedagógicas.

A justificativa implícita deste trabalho reside na urgência de promover práticas educativas que enfrentem a crise ambiental por meio da ação pedagógica crítica e transformadora. Em uma sociedade marcada pelo desperdício e pela desigualdade, o papel da escola como agente de mudança torna-se inadiável. O EcoAções demonstrou que é possível unir educação e ação ambiental consciente, fortalecendo a formação de sujeitos ecológicos e cidadãos ativos.

A pesquisa se estrutura a partir de uma metodologia de pesquisa-ação participativa, que envolve os sujeitos no processo de diagnóstico, planejamento, execução e avaliação das ações. As discussões e resultados apresentados neste artigo evidenciam transformações significativas tanto nos hábitos ambientais quanto nas práticas pedagógicas da escola.

Os resultados obtidos indicam que a experiência contribuiu para a formação de uma cultura escolar sustentável, pautada na cooperação, no protagonismo e na criticidade. Além disso, a reflexão sobre o uso de recursos naturais, o manejo de resíduos e a revitalização de espaços escolares promoveu aprendizagens significativas e mudanças concretas no cotidiano da escola e da comunidade.

De forma conclusiva, pode-se afirmar que o projeto EcoAções reafirma o potencial da educação ambiental crítica como prática emancipadora e cidadã, que articula o conhecimento científico, a ação coletiva e o compromisso ético com a sustentabilidade. O estudo propõe uma reflexão sobre a necessidade de consolidar políticas públicas e curriculares que incorporem, de forma permanente, a educação ambiental nos processos formativos escolares, estimulando práticas que unam ciência, consciência e responsabilidade social.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo fundamenta-se na abordagem qualitativa, de natureza participativa e interventiva, caracterizada pela pesquisa-ação. Segundo



Thiollent (2011), a pesquisa-ação busca compreender uma realidade social e, simultaneamente, transformá-la por meio da participação dos sujeitos envolvidos. Essa escolha metodológica é coerente com os objetivos do projeto EcoAções, uma vez que sua proposta central foi envolver estudantes, professores, funcionários e comunidade na construção coletiva de soluções sustentáveis.

O processo investigativo foi desenvolvido em cinco etapas principais: diagnóstico, formação, planejamento participativo, execução e socialização dos resultados. Essa estrutura permitiu integrar teoria e prática, de modo que o conhecimento produzido emergisse das experiências vividas pelos participantes.

Diagnóstico inicial: Nesta etapa, os alunos realizaram o mapeamento do consumo de água e energia, bem como a identificação de práticas inadequadas de descarte de resíduos sólidos na escola e nas residências. A partir das observações e registros, foi elaborado um panorama ambiental da comunidade escolar.

Formação e sensibilização: Foram realizadas aulas interdisciplinares, rodas de conversa, oficinas e estudos de caso com base em obras de Jacobi (2003), Sachs (2009) e Loureiro (2012), promovendo reflexões sobre sustentabilidade e cidadania ecológica. Essas atividades favoreceram o desenvolvimento da consciência crítica e a compreensão da interdependência entre sociedade e natureza.

Planejamento participativo: Os alunos foram organizados em comissões temáticas — água, energia, resíduos, revitalização, horta e coleta seletiva — e, sob orientação dos professores, elaboraram o Plano de EcoAções da escola. Essa etapa caracterizou-se pela cooperação, pela autonomia e pela corresponsabilidade, princípios centrais da pedagogia freireana.

Execução das ações práticas: As ações incluíram o plantio de árvores, a criação de uma horta escolar, a implantação de ecopontos, a revitalização de espaços escolares com materiais recicláveis, a construção de painéis educativos e a realização de mutirões de limpeza. As práticas foram registradas por meio de fotografias, relatórios e vídeos, constituindo um portfólio das atividades.

Socialização e engajamento comunitário: Os resultados foram compartilhados com a comunidade por meio de exposições, feiras e rodas de conversa. Essa etapa reforçou a dimensão pública e educativa do projeto, promovendo o diálogo entre escola e comunidade e ampliando o impacto social das ações.

A coleta de dados envolveu observações participantes, registros escritos e fotográficos e o acompanhamento das reflexões dos alunos nas oficinas. A análise das



informações seguiu a técnica da análise de conteúdo (BARDIN, 2016), buscando identificar categorias emergentes relacionadas à consciência ambiental, protagonismo estudantil e práticas sustentáveis.

Foram respeitados todos os princípios éticos de pesquisa em contexto escolar, garantindo o consentimento das instituições envolvidas e a participação voluntária e consciente dos estudantes. Nenhuma imagem foi divulgada sem autorização das escolas e dos responsáveis legais, assegurando o direito de imagem e a integridade dos participantes.

O percurso metodológico, ao valorizar a escuta ativa e o diálogo, possibilitou a construção de um ambiente educativo colaborativo, em que os estudantes foram sujeitos do processo formativo. Essa perspectiva encontra respaldo em Freire (1996), ao afirmar que “a educação é um ato político e libertador”, devendo promover a autonomia e a consciência crítica dos educandos. Assim, a metodologia adotada constituiu-se como prática de transformação, ao unir pesquisa e ação educativa, teoria e prática, ensino e compromisso ético com a sustentabilidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação Ambiental Crítica: fundamentos e princípios

A Educação Ambiental Crítica (EAC) surgiu como uma resposta à abordagem tradicional e conservadora da educação ambiental, que se limitava à transmissão de informações ecológicas e à mudança de comportamentos individuais. A partir da década de 1980, com as discussões sobre crise ambiental e desigualdade social, consolidou-se uma perspectiva crítica, emancipadora e transformadora, centrada na compreensão das causas estruturais da degradação ambiental e na necessidade de transformação social (LOUREIRO, 2012).

Segundo Loureiro (2012, p. 28), “a educação ambiental crítica é um processo político-pedagógico que visa à emancipação dos sujeitos por meio da problematização das relações entre sociedade, natureza e cultura”. Essa definição destaca a dimensão política da educação ambiental, entendendo que a crise ecológica é também uma crise civilizatória, marcada por um modelo de desenvolvimento baseado na exploração e na exclusão.



Para Jacobi (2003), a educação ambiental deve ser entendida como um espaço de construção de cidadania e participação social, onde os indivíduos compreendem a interdependência entre os sistemas naturais e sociais e passam a atuar coletivamente em busca de soluções sustentáveis. Essa concepção dialoga com o pensamento de Freire (1996), ao defender que a educação deve ser um ato político, crítico e libertador. Assim, educar ambientalmente é educar para a autonomia, o diálogo e a responsabilidade coletiva.

A EAC propõe uma ruptura com a lógica tecnicista e disciplinar da educação tradicional, valorizando a interdisciplinaridade, o pensamento sistêmico e a ação transformadora. Conforme Carvalho (2008), formar o sujeito ecológico é promover a conscientização de que a sustentabilidade não se resume a práticas pontuais de reciclagem ou economia de recursos, mas implica repensar as bases éticas e culturais da sociedade contemporânea.

Nessa perspectiva, a Educação Ambiental Crítica constitui um projeto ético-político, que busca ressignificar a relação do ser humano com o planeta, integrando saberes científicos, populares e comunitários. O projeto EcoAções, nesse sentido, foi orientado pelos princípios da EAC, priorizando o diálogo, a participação e a ação coletiva como instrumentos de transformação socioambiental.

Sustentabilidade e escola: o espaço educativo como ambiente de transformação

A escola é um dos principais espaços de construção social da sustentabilidade. Como instituição formadora de valores, ela tem o poder de mobilizar a comunidade e estimular práticas que conciliem o desenvolvimento humano com a preservação ambiental. Segundo Gadotti (2009), a sustentabilidade deve ser incorporada ao currículo escolar não apenas como tema transversal, mas como um princípio orientador da prática pedagógica.

Nesse contexto, o projeto EcoAções demonstra que o ambiente escolar pode se tornar um laboratório vivo de experimentação ecológica, onde os alunos aprendem fazendo, refletindo e transformando o próprio espaço em que estudam. Ao revitalizar ambientes, criar hortas, reaproveitar resíduos e reduzir o consumo de água e energia, a escola concretiza a sustentabilidade como prática pedagógica e cultural.



Para Sachs (2009), o desenvolvimento sustentável é uma construção multidimensional, que envolve aspectos econômicos, sociais, ecológicos e culturais. Essa visão integradora dialoga com o conceito de sustentabilidade defendido por Loureiro (2012), que entende o meio ambiente como espaço de interação e conflito, no qual a educação tem o papel de promover justiça ambiental e inclusão social.

O desafio das escolas contemporâneas, sobretudo no contexto do semiárido cearense, é alinhar as práticas pedagógicas às necessidades locais e às condições socioambientais específicas. Nesse sentido, o EcoAções representou uma experiência concreta de sustentabilidade contextualizada, ao articular o ensino com as práticas sociais e comunitárias.

Segundo Imbernón (2010), a inovação pedagógica depende de processos formativos contínuos e colaborativos, nos quais professores e estudantes aprendem juntos, revisitando suas práticas à luz de novos valores. Assim, ao inserir a sustentabilidade no cotidiano escolar, o projeto também promoveu a formação docente e a reflexão coletiva sobre a função social da escola frente à emergência climática.

Além disso, a escola sustentável é aquela que educa pelo exemplo. Jacobi (2003) argumenta que as práticas pedagógicas precisam ser coerentes com os discursos que promovem, pois os estudantes aprendem mais com as atitudes do que com as palavras. O envolvimento de toda a comunidade escolar — gestores, professores, funcionários e famílias — é condição essencial para a consolidação de uma cultura institucional voltada à sustentabilidade.

Protagonismo estudantil e transformação socioambiental

O protagonismo estudantil é um dos eixos estruturantes da educação ambiental crítica. Ele se manifesta quando os alunos deixam de ser receptores de conteúdos e passam a atuar como sujeitos ativos da transformação social. Conforme Freire (1996), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as condições para que o educando produza e construa saberes a partir de sua experiência no mundo.

No EcoAções, o protagonismo foi estimulado pela metodologia da pesquisa-ação, que colocou os alunos no centro das decisões e execuções das atividades. A divisão em comissões temáticas — água, energia, resíduos, revitalização e horta —



permitiu que os estudantes assumissem responsabilidades, desenvolvessem autonomia e exercitassem a cooperação. Essa prática reforça o princípio freireano da educação como processo dialógico e emancipador.

Segundo Carvalho (2008), o sujeito ecológico se forma na ação e na reflexão crítica sobre a realidade. Portanto, a experiência educativa deve oportunizar situações concretas de participação e envolvimento comunitário. O EcoAções se alinha a essa concepção ao transformar o espaço escolar em território de vivência, pesquisa e intervenção social.

Além disso, o protagonismo juvenil fortalece o sentimento de pertencimento e a responsabilidade socioambiental. Loureiro (2012) destaca que a participação ativa dos estudantes nas decisões escolares é condição fundamental para a consolidação da educação ambiental como prática social transformadora. A construção da horta, os mutirões de limpeza e a criação de ecopontos demonstraram que a ação coletiva é mais eficaz quando parte da comunidade escolar.

O exercício da cidadania ecológica, portanto, não se reduz à adoção de hábitos sustentáveis, mas envolve a compreensão das causas políticas, econômicas e culturais da crise ambiental. Ao articular reflexão e ação, o protagonismo estudantil permite que os jovens se reconheçam como agentes de mudança, capazes de influenciar o presente e o futuro do planeta.

Educação ambiental e políticas públicas: desafios e perspectivas

A consolidação da educação ambiental como política pública no Brasil é resultado de um longo processo histórico. A partir da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) e das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), o tema tornou-se componente essencial da formação cidadã. No entanto, a efetivação dessas políticas ainda enfrenta desafios, sobretudo no que diz respeito à implementação nas escolas públicas.

Conforme Carvalho (2008), a educação ambiental não deve ser tratada como disciplina isolada, mas como um eixo transversal que perpassa todo o currículo, exigindo a integração entre áreas do conhecimento e práticas pedagógicas contextualizadas. Essa visão reforça o papel das escolas em tempo integral, como as



envolvidas no projeto EcoAções, que têm condições estruturais e pedagógicas para desenvolver experiências interdisciplinares e comunitárias.

Sachs (2009) argumenta que o desafio contemporâneo da sustentabilidade é político e ético: é preciso repensar as relações de poder, o consumo e o modelo econômico vigente. Assim, a educação ambiental crítica precisa formar cidadãos capazes de atuar nos espaços de decisão, promovendo a democratização da gestão ambiental e o controle social das políticas públicas.

No contexto cearense, programas como o Ceará Científico e as ações integradas com as Secretarias Municipais de Educação e Meio Ambiente têm estimulado o desenvolvimento de projetos escolares de impacto socioambiental. Essas iniciativas evidenciam que a escola é um espaço estratégico de formação para a sustentabilidade, sobretudo em comunidades vulneráveis e regiões afetadas pela escassez hídrica.

O projeto EcoAções integra-se a esse movimento de inovação pedagógica e responsabilidade social, demonstrando que a educação ambiental, quando articulada à pesquisa e à extensão, pode gerar resultados concretos e duradouros. Como aponta Gadotti (2009, p. 74), “a sustentabilidade é uma nova pedagogia do ser, que requer sensibilidade, cooperação e solidariedade planetária”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados obtidos no desenvolvimento do projeto EcoAções permitiu identificar transformações significativas nas práticas ambientais, nas atitudes dos alunos e na cultura institucional da escola. As informações coletadas a partir das observações, registros fotográficos e falas dos estudantes foram organizadas em três categorias analíticas: a conscientização e o protagonismo estudantil; a integração entre práticas pedagógicas e sustentabilidade; a mobilização comunitária e o impacto ambiental.

Essas categorias expressam o modo como o projeto conseguiu articular teoria e prática, promovendo um processo formativo que extrapola os limites da sala de aula e alcança o cotidiano da comunidade escolar.

Conscientização e protagonismo estudantil



A primeira categoria evidencia o fortalecimento do protagonismo dos alunos, que deixaram de ser espectadores para se tornarem sujeitos ativos do processo educativo. O engajamento dos estudantes na elaboração e execução das ações práticas contribuiu para o desenvolvimento da autonomia, da responsabilidade e da consciência crítica.

Segundo Jacobi (2003), a educação ambiental crítica deve possibilitar a construção de sujeitos ecológicos capazes de compreender as relações entre sociedade e natureza e de atuar para transformá-las. Essa perspectiva foi observada nas falas dos alunos, que relataram mudanças de hábitos em casa, como a redução do desperdício de água e a separação de resíduos recicláveis.

O protagonismo estudantil se manifestou também na produção de materiais educativos — cartazes, vídeos, maquetes e apresentações — que foram expostos durante a culminância do projeto. Essa prática dialoga com Freire (1996), quando afirma que a educação deve ser um ato de criação, e não de reprodução, possibilitando ao educando ser sujeito de sua própria história.

Integração entre práticas pedagógicas e sustentabilidade

A segunda categoria diz respeito à integração entre práticas pedagógicas e ações sustentáveis, o que configurou o projeto como uma experiência interdisciplinar e transformadora. Professores de diferentes áreas (Ciências, Geografia, Matemática e Artes) desenvolveram atividades articuladas aos temas do projeto, demonstrando que a educação ambiental pode ser eixo transversal do currículo.

O projeto resultou na revitalização de espaços escolares — como banheiros, jardim e área da horta — com o uso de materiais recicláveis, além da criação de uma horta escolar e de um sistema de coleta seletiva. Essas práticas concretas promoveram aprendizagens significativas e despertaram nos estudantes o sentimento de pertencimento e cuidado com o ambiente escolar.

Conforme Loureiro (2012), a educação ambiental crítica não se limita a campanhas pontuais, mas implica a reorganização dos modos de vida e a reorientação das práticas pedagógicas. Assim, o EcoAções constituiu um espaço de experimentação ecológica e cidadã, no qual o conhecimento científico foi vivenciado e problematizado no cotidiano da escola.



O quadro a seguir sintetiza as categorias analíticas e os principais achados do estudo:

Quadro 1 – Categorias Analíticas e Principais Achados do Projeto EcoAções

Categoria	Aspectos Centrais	Principais Resultados	Autores de Referência
Conscientização e protagonismo estudantil	Participação ativa dos alunos e mudança de hábitos ambientais	Formação de sujeitos críticos e ecológicos	Freire (1996); Jacobi (2003)
Integração entre práticas pedagógicas e sustentabilidade	Articulação interdisciplinar e uso pedagógico dos resíduos	Transformação do espaço escolar e aprendizado prático	Loureiro (2012); Sachs (2009)
Mobilização comunitária e impacto ambiental	Parcerias e engajamento social em práticas ecológicas	Ampliação da consciência ambiental na comunidade	Carvalho (2008); Gadotti (2009)

Fonte: elaborado pela autora (2025).

3.3 Mobilização comunitária e impacto ambiental

A terceira categoria analítica evidencia a mobilização social e o impacto ambiental positivo alcançado pelo projeto. A escola tornou-se referência local em práticas sustentáveis, estimulando famílias, funcionários e vizinhos a adotarem novas atitudes ambientais. As oficinas e eventos comunitários geraram engajamento e sentimento de corresponsabilidade pelo cuidado com o meio ambiente.

O impacto foi mensurado por meio de comparações entre os registros de consumo de água, energia e resíduos antes e depois do projeto. O gráfico abaixo representa a variação percentual estimada com base nas observações realizadas pelos grupos de alunos:

Quadro 2 – Redução do consumo e desperdício após o projeto EcoAções

Indicador	Redução observada (%)
Consumo de água	22%
Consumo de energia elétrica	18%
Volume de resíduos recicláveis destinados ao lixo comum	35%



Fonte: dados coletados pelos alunos participantes do Projeto EcoAções (2025).

Esses dados demonstram que o projeto produziu efeitos concretos no cotidiano escolar, combinando ações educativas e resultados ambientais tangíveis. Além da redução do consumo de recursos, observou-se o aumento da consciência ecológica entre estudantes e famílias, o que reforça o papel da escola como núcleo irradiador de práticas sustentáveis.

Para Sachs (2009), o desenvolvimento sustentável requer a articulação entre as dimensões ambiental, social e cultural. O EcoAções materializou essa articulação ao integrar ciência, ética e participação, mostrando que pequenas ações locais podem desencadear transformações significativas quando sustentadas por uma visão crítica e coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência desenvolvida com o projeto EcoAções demonstrou que a educação ambiental crítica é um caminho possível e necessário para promover a sustentabilidade nas escolas e comunidades. O trabalho evidenciou que, quando o processo educativo é construído de forma participativa, os alunos se tornam agentes de mudança e disseminadores de práticas sustentáveis, assumindo o protagonismo em ações que unem reflexão, prática e compromisso social.

Os resultados mostraram que a educação ambiental, quando integrada ao currículo escolar e articulada com o cotidiano dos estudantes, é capaz de transformar não apenas o espaço físico da escola, mas também os modos de pensar e agir da comunidade educativa. Essa constatação reforça a importância de políticas educacionais que garantam a inserção permanente da temática ambiental no planejamento pedagógico.

Além das conquistas ambientais concretas — como a redução do consumo de água e energia, o reaproveitamento de resíduos e a criação de espaços verdes —, o projeto contribuiu para o fortalecimento dos vínculos entre escola, comunidade e meio ambiente, valorizando a cooperação e o diálogo. Essa perspectiva encontra ressonância em Gadotti (2009), ao defender que a sustentabilidade deve ser entendida como princípio ético de convivência e solidariedade planetária.



A pesquisa também revelou desafios importantes: a necessidade de formação continuada dos professores para lidar com a interdisciplinaridade da educação ambiental; a limitação de recursos financeiros e materiais; e a dificuldade de manter o engajamento constante da comunidade após o encerramento das ações. No entanto, tais obstáculos servem de estímulo para o aprimoramento das práticas e para a ampliação das parcerias institucionais.

De modo geral, o EcoAções reafirma a função social da escola pública como espaço de emancipação e de produção de saberes contextualizados. A experiência mostrou que é possível articular teoria, prática e ação política em prol de uma cultura de sustentabilidade, desde que o processo educativo seja pautado no diálogo, na criticidade e na ação coletiva.

Além disso, é essencial que os gestores e as secretarias de educação reconheçam a importância de projetos ecológicos escolares como instrumentos de transformação comunitária e de fortalecimento da aprendizagem significativa. A consolidação de políticas públicas voltadas à educação ambiental crítica pode potencializar os impactos dessas experiências e garantir sua continuidade.

Por fim, compreende-se que a formação de sujeitos ecológicos conscientes e autônomos é um desafio pedagógico e ético para a educação contemporânea. Projetos como o EcoAções revelam que o enfrentamento da crise climática e ambiental começa pela sala de aula — por meio da reflexão, do diálogo e da ação coletiva. A escola, portanto, deve se afirmar como espaço de esperança e de construção de um futuro sustentável, solidário e justo.



REFERÊNCIAS

- BARDIN, L.; **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018.
- CARVALHO, I. C. M.; **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- FREIRE, P.; **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, M.; **Educação integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.
- IMBERNÓN, A.; **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2010.
- JACOBI, P.; **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. *Revista Educação & Sociedade*, v. 24, n. 85, p. 189–202, 2003.
- LOUREIRO, C. F. B.; **Educação ambiental crítica: fundamentos e práticas**. São Paulo: Cortez, 2012.
- SACHS, I.; **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2009.
- THIOLLENT, M.; **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

